CALDERÓN, Adolfo Ignacio & CHAIA, Vera. *Gestão municipal: descentralização e participação popular*. São Paulo: Cortez, 2002.

GESTÃO PARTICIPATIVA MUNICIPAL: COMO VIABILIZAR?

*Fernando de Almeida Santos**

A obra que ora resenhamos tem, como organizadores, Afonso Ignácio Calderón e Vera Chaia. Calderón é doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, professor e coordenador de projetos comunitários na Universidade de Mogi das Cruzes e autor do livro *Democracia e participação popular* (Cortez, 2000); Chaia é cientista política formada pela Universidade de São Paulo, docente do Departamento de Política da PUC-SP e vice-coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da mesma instituição, tendo escrito o livro *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*, publicado pela Editora Humanidades em 1992. Ambos possuem, portanto, amplas credenciais para organizar esta empreitada editorial, que corresponde a uma seleção de relatos e reflexões sobre os problemas enfrentados pelas gestões municipais, especialmente na cidade de São Paulo. Esta seleção é o resultado do Seminário “São Paulo, iniciando um novo milênio – Dez anos da elaboração da Lei Orgânica do Muni-

cípio de São Paulo”, realizado em abril de 2000, numa promoção do Programa de Estudos e Pesquisas Urbanas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Os autores são políticos que, direta ou indiretamente, participaram da gestão da cidade de São Paulo, ou foram candidatos à Prefeitura Municipal, com a contribuição de jornalistas e cientistas sociais na problematização de temas controversos.

O momento da publicação é muito importante para a cidade de São Paulo, pois, apesar de sua Lei Orgânica ter sido promulgada em 1990, ainda existem questões fundamentais como a descentralização e a participação popular que não foram implementadas, conforme demonstram os relatos do livro e a realidade municipal que aí está, para quem quiser ver.

A obra demonstra que, entre os autores, nem todos os aspectos são consensuais, e franqueia, a um público mais amplo, o debate entre personalidades de tendência política e formação muito diferentes, o que permite ampla discussão dos

*Mestre em Administração (Mackenzie) Especialista em Administração de Empresas –Gerência Financeira (Unifeco) e em Avaliação Institucional (UNB). Coordenador de Avaliação Institucional e Professor de Administração Financeira na UNINOVE.

aspectos que se tornam controversos pela diversidade das abordagens. É possível identificar as seguintes reflexões:

- 1) Quais são as formas possíveis para viabilizar a participação popular?
- 2) Que níveis de participação são viáveis e satisfatórios?
- 3) Como transformar a participação em qualidade de vida?
- 4) Como nomear os subprefeitos e que poder devem possuir?
- 5) Quais são os objetivos das subprefeituras?

Para uma melhor compreensão, é relevante citar alguns aspectos do texto. Apesar da necessidade de descentralização e de a Lei Orgânica municipal apoiá-la, sua implantação não é muito simples, pois há forças políticas contrárias. Essas necessidades estão diretamente relacionadas à implementação das subprefeituras que, embora propostas pela atual gestão municipal, ainda não foram criadas, devido, entre outros motivos, ao desinteresse do Legislativo e às suas divergências com o Executivo.

Apesar de alguns debatedores – Bruno Feder, José Eduardo Cardozo, Aldaíza Sposati e Luiza Erundina de Sousa – citarem o Legislativo como um dos obstáculos para a implantação da lei municipal e das subprefeituras, há muitas divergências pontuais sobre sua constituição e organização.

Além dos aspectos citados, cabe salientar algumas abordagens apresentadas nos textos, organizados em três partes com distintos fins. A primeira parte compõe-se de quatro artigos sobre a gestão da cidade de São Paulo e a regulamentação orgânica municipal.

O ex-prefeito de São Paulo, Miguel Colassuono, defende a flexibilização do Estado, por meio da circulação da informação em alta velocidade, garantindo a transparência e a participação popular. Afirma que o atual exercício da democracia, garantido pelo processo eleitoral, é importante para que pessoas qualificadas assumam a responsabilidade pelo poder, mas considera que o subprefeito deve ser alguém indicado pelo prefeito.

Francisco Whitaker relata a importância do período em que trabalhou na elaboração da Lei Orgânica municipal, mas demonstra pessimismo ao afirmar que predominam, na Câmara Municipal, os interesses individuais. Segundo esse autor, não haverá alteração no quadro, e tudo deverá continuar como está se não houver mudanças na postura do cidadão no que se refere à gestão da cidade. Destaca, nesse processo, a grande importância da Câmara Municipal, pois os prefeitos dependem dela para a aprovação e execução dos projetos.

No texto *Superando o caos: descentralização e participação*, Roberto Israel

Eisenberg Saruê analisa a atuação do “Movimento Defenda São Paulo”, que congrega moradores e cidadãos de cerca de 400 Sociedades de Amigos de Bairros ou Organizações Não-Governamentais, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da cidade.

José Eduardo M. Cardozo escreve sobre a elaboração e as dificuldades de implantação da Lei Orgânica do município, respaldado em sua experiência como secretário de governo na gestão da ex-prefeita Luiza Erundina. Aborda as causas da inviabilização das subprefeituras nas gestões de Paulo Maluf e Celso Pitta.

Na parte 2, a organização passa a ser diferente, pois, após a apresentação dos textos, Robson Carlos Luchesi Soares e Marco Antônio Teixeira fazem suas análises e problematizações. O objetivo é discutir a descentralização e a participação popular na gestão da cidade. Bruno Feder faz um balanço de sua participação na elaboração da Lei Orgânica municipal, quando exercia o seu mandato de vereador pelo PL, partido de oposição à prefeita da época; relata os conflitos entre as bancadas e as dificuldades de relacionamento do Poder Legislativo com o Executivo. Aldaíza Sposati, referenciada em sua experiência também como vereadora de São Paulo, relata uma constatação perversa: a Câmara Municipal não é regida por aquilo que a sociedade considera prioritário;

por esse motivo, talvez seja necessário a cidade repensar seriamente o Legislativo. Apoiada em um quadro demonstrativo elaborado pela assessoria da bancada do PT na Câmara, que indica as áreas em que há necessidade de regulamentação para viabilizar a lei municipal, sugere a realização de plebiscitos para aprovação de obras de valor elevado, a criação de conselhos de representantes e a instalação das subprefeituras como iniciativas que permitem o questionamento, pelo contribuinte, da legitimidade das contas e prioridades municipais. Aborda também a produção do plano diretor e a implementação de sistemas de informação.

A parte 3 apresenta as análises e problematizações de Cláudio Augusto e Cláudio Couto, respectivamente um jornalista e um cientista político, e conta com a participação de Geraldo Alckmin Filho, atual governador do estado de São Paulo, e Marta Suplicy, prefeita eleita para o período 2001-2004, além de Luiza Erundina de Sousa, ex-prefeita da cidade. Lembre-se de que, à época, eram todos pré-candidatos à Prefeitura de São Paulo, o que dá o tom de um debate *up to date*.

O texto nos mostra, de um lado, a importância fundamental da Lei Orgânica do município para a melhoria da qualidade de vida das pessoas; de outro, infelizmente, expõe a distância entre

sua elaboração e sua implantação. Para que ocorram as mudanças esperadas, é fundamental a participação organizada da sociedade civil, e este livro vem dar importante contribuição para ampliar a discussão na sociedade sobre o tema, conscientizar a população da possibilidade de conquistar benefícios sociais por meio da participação na gestão municipal, além de destacar as diferentes concepções, numa abordagem viva e contemporânea.

Trata-se de uma obra para ser lida não apenas por intelectuais e planejadores

municipais, mas também por todos aqueles que vivem na cidade de São Paulo e têm um compromisso cidadão com a gestão e a qualidade de vida que ela apresenta.